

## Editorial 01

## Contra a corrupção

01 O número de ações por improbidade administrativa ajuizadas pelo Ministério Público Federal (MPF) no Piauí este ano já representa o dobro de processos iniciados no ano passado: são 93 ações este ano, contra 47 em 2010.

10 O critério adotado para iniciar as investigações sobre improbidade administrativa foi suspeita de mal uso de recursos federais como desvios e até não aplicação do dinheiro público.

15 A As ações ajuizadas envolvem vereadores, deputados, ex-gestores públicos e gestores municipais e estaduais. A maior parte das irregularidades envolvendo desvios de recursos está nos repasses de verba federal para prefeituras e órgãos estaduais que executam convênios com o Governo Federal.

20 B O aumento no número de ações por improbidade administrativa faz frente ao crescimento da corrupção em todo o Estado.

25 C e revela que o Ministério Público Federal tem se empenhado em dinamizar

e otimizar o sistema de controle da administração pública.

40 Além de estar mais focado no combate à corrupção o Ministério Público Federal no Piauí está atento aos prazos processuais, evitando a prescrição e procurando dar uma resposta mais rápida à população. O MPF apura denúncias protocoladas pela população e indícios de irregularidades apontados por outras instituições, como a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU).

50 A instituição atua em parceria com a Polícia Federal (PF) e Varas da Justiça.

55 No entanto, o Ministério Público, sozinho, não será capaz de extirpar a corrupção da administração pública piauiense e brasileira.

60 É necessário um esforço conjunto, envolvendo os magistrados, para que crimes de corrupção não fiquem impunes e recebam a punição de forma célere e contundente.

65 D Da mesma forma, a população precisa

estará atenta. Os danos aos cofres públicos não é um problema apenas das instituições fiscalizadoras, mas de todo cidadão, a quem cabe observar a aplicação dos recursos denunciados ao menor indício de irregularidade. Basta do pensamento comum de que a corrupção sempre existiu e sempre existirá.

75 Ela existe porque há pessoas que a consideram normal e, além de não se manifestarem contrariamente, beneficiam-se de atos ilícitos e amorais.

80 O recurso público deve ser aplicado de forma a representar benefícios a todos, não podendo significar favorecimento de alguns. É para isso que existe a legislação e as instituições fiscalizadoras, para garantir a aplicação correta de um bem que é de todos.

85 Ao cidadão cabe denunciar as irregularidades cometidas pelos gestores públicos e, nas urnas, responder negando o voto àqueles que não se comportaram como a sociedade precisa e exige.

90

95

100

105

108

# Opinião

Página 6

Teresina, Sexta, 9 de Setembro 2011

Editora interina: Pollyana Rocha // Envie artigos para [jornalodia@jornalodia.com.br](mailto:jornalodia@jornalodia.com.br) // Fale conosco: 86 2106.9924

Editorial 02

## Morrer aos poucos

O Conselho Universitário da Uespi se reúne hoje (09) para decidir a realização do vestibular da instituição este ano. Segundo a Uespi, o Governo não vem cumprindo os repasses prometidos para a universidade, o que pode comprometer a realização do processo seletivo. As dificuldades por que passa a Universidade Estadual não são novidade. Há um ano, estudantes e professores da Uespi iniciaram o movimento SOS UESPI, denunciando falta de condições necessárias para o funcionamento da instituição. De acordo com os manifestantes, a Uespi carece de salas de aula adequadas, professores efetivos em número suficiente, e até mesmo material de expediente, como quadros e pincéis. O SOS UESPI já protagonizou uma greve com duração de mais de 40 dias, participou

de diversas audiências públicas, deu visibilidade à situação vivenciada pelos 30 mil alunos nos 27 campi da instituição e, depois de muito tempo, conseguiu do poder executivo o compromisso de repassar recursos que garantissem o custeio da universidade. Quando se pensava que a Uespi caminhava para a tranquilidade, com os problemas estruturais se resolvendo a contento, é divulgada a notícia de que o vestibular da instituição está ameaçado. Já era bastante ruim a indefinição da Uespi em relação às orientações do certame, prejudicando a preparação de milhares de estudantes que têm na universidade a chance de ingressarem num curso superior. Agora, a situação fica ainda mais complicada. O reitor da Uespi já havia sinalizado a possibi-

lidade de redução do número de vagas no vestibular deste ano, com o argumento de que só seriam ofertados os cursos com condições de funcionamento pleno. Essa redução das vagas já teria um grande impacto nos sonhos dos estudantes, mas era perfeitamente compreensível na tentativa de readequação e reestruturação da Uespi, conforme os anseios dos piauienses. Mas a possibilidade de não realização do vestibular 2012 da instituição revela que os dramas da Universidade Estadual podem ser ainda mais graves que os denunciados pelo movimento SOS UESPI. E, se não forem sanados de forma urgente e definitiva, podem terminar por decretar a morte da Universidade Estadual do Piauí.

## Editorial 03

# Porta aberta

As manifestações para a prevenção e contra o consumo de crack e outras drogas têm crescido em todo o Piauí desde o início do ano. Embora as instituições públicas e a sociedade já tenham despertado para a necessidade de impedir o avanço das drogas no Estado, principalmente entre os jovens, poucos lembram que muitos vícios começam com o álcool. Por ser uma droga lícita, frequentemente associada a ambientes sociais e de confraternização, a bebida alcoólica muitas vezes começa a ser consumida no início da adolescência, na presença dos pais. Na Comunidade Terapêutica Betesda (CTB), que atende jovens dependentes químicos, em geral usuários de crack, todos os 38 jovens que estão hoje em tratamento se tornaram dependentes químicos através do álcool. Além de ser a porta sempre aberta para a inicialização em outras drogas, a bebida alcoólica é um fator

importante também nas recaídas de dependentes químicos. De acordo com a Comunidade Terapêutica Betesda, 99% do retorno ao vício acontece através das bebidas alcoólicas em ambientes sociais, como festas de aniversário. É muito importante que as campanhas de prevenção ao uso de drogas abordem também as chamadas drogas lícitas, como o álcool e o cigarro. Por não serem combatidas e se revestirem da aura de normalidade no processo de amadurecimento do jovem, a bebida alcoólica e o fumo representam um grande risco à saúde, não apenas por causarem dependência química, mas por estarem associados ao aparecimento de doenças pulmonares e hepáticas e, no caso do álcool, ao grande número de acidentes de trânsito. A família precisa estar atenta à necessidade de evitar que o álcool e o cigarro façam parte da vida de seus filhos. A diversão não pode estar

associada ao estado de embriaguez ou ao efeito de outras substâncias químicas. Já existem leis que proíbem a venda de bebidas alcoólicas e cigarros a menores de 18 anos, no entanto, essas leis carecem de fiscalização e, principalmente, de participação familiar para que tenham eficácia. Enquanto o fato de um jovem chegar em casa embriagado for encarado como normal pelos seus pais, as drogas continuarão sua escalada e destruirão muito mais famílias. É preciso coibir o avanço do tráfico, desnudar os mecanismos de comercialização das drogas e punir os traficantes, mas é urgentemente necessária, também, a prevenção às drogas. A melhor maneira de não adquirir dependência química é não usar droga – seja de qual for o tipo – pela primeira vez. E nessa tarefa, a melhor campanha é aquela que começa em casa. O poder público deve ajudar, lógico, mas não pode ser o único responsável.

## Editorial 04

# O pior quadro

Dados da Associação Brasileira de Criminalística (ABC) apontam que o Piauí possui apenas 21 peritos criminais para atender uma população de 3,1 milhões de pessoas, quantidade de habitantes apontada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) durante o Censo 2010. Fazendo as contas, o Estado tem somente um perito criminal para cada 147 mil habitantes, número 27 vezes menor do que o recomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU), de um profissional para cada cinco mil habitantes. Se comparado aos demais estados brasileiros, o Piauí tem o pior quadro. Segundo estatística da ABC, o país possui hoje uma média de 6,5 mil peritos nas polícias estaduais, ou seja, é necessário, de acordo com a proporção em relação à população, quintuplicar o número de profissionais para se chegar ao quadro de 38 mil peritos - grandeza aconse-

lhada pela ONU. No Piauí, o déficit chega a 560 profissionais. Outro dado colocado pela Associação mostra que em todos os anos o Brasil soluciona, em média, 5% a 10% dos homicídios. O percentual fica aquém do índice de resolutividade de países como Estados Unidos (65% dos casos), França (80%) e Inglaterra (90%). A informação divulgada pela Associação Brasileira de Criminalística justifica o receio da sociedade do Piauí em relação ao caso da estudante Fernanda Lages, encontrada morta no dia 25 de agosto, na obra da Procuradoria da República no Piauí, zona Leste de Teresina. Após 30 dias, a morte não foi elucidada e a Comissão Investigadora do Crime Organizado aguarda os laudos enviados à Paraíba para corroborar a conclusão das investigações. No Piauí não é possível realizar sequer exames de DNA, por falta de equipamentos e laboratórios.

Diante desse quadro, fica impossível que a Polícia Civil responda satisfatoriamente à sociedade. No caso da estudante Fernanda Lages, a perícia foi solicitada, em função da forma como foi encontrada morta e do clamor social que a sua morte provocou. Mas é a hora de começarmos a pensar em quantos assassinatos deixam de ser solucionados por falta de perícia, tanto de profissionais peritos quanto de condições para que esses profissionais realizem os procedimentos necessários. É preciso capacitar os policiais, mas também dotar o sistema de segurança de uma estrutura mínima para perícia nos estados. Não podemos depender sempre de outras unidades da federação. O Piauí precisa solucionar seus crimes, aqui, rapidamente, e punir os culpados. E isso só será possível com a polícia bem aparelhada. Discurso e boa vontade não bastarão.

## Editorial 05

## Saúde à espera

Cerca de 500 pessoas aguardam por uma cirurgia de catarata no Hospital Getúlio Vargas, o único a realizar esse tipo de procedimento no Piauí. De acordo com denúncia de pacientes que estão na fila de espera, a demora para realização da cirurgia chega a ser, em média, de três meses e o procedimento estaria suspenso por falta de material. A assessoria de imprensa do Hospital Getúlio Vargas rebate as denúncias dos pacientes e declara que não falta material para realização de cirurgias de catarata na clínica Oftalmológica do HGV e todos os procedimentos estão sendo realizados normalmente. Segundo a coordenação da Clínica Oftalmológica do HGV, o hospital realiza em média 200 cirurgias de catarata por mês. Só ano passado foram realizadas 1.300 cirurgias de catarata. A explicação para a fila de espera é a limitação estrutural do HGV e pela crescente demanda, não apenas em função de ser

o único hospital a realizar a cirurgia, mas principalmente devido aos equipamentos modernos, que agilizam o procedimento e reduzem a permanência do paciente no hospital. A coordenação da Clínica Oftalmológica do HGV assegurou ao O DIA que pedidos de lentes são feitos todos os meses e, quando há demora, isso acontece porque as lentes são feitas sob encomenda, de acordo com a necessidade de cada paciente e o processo de aquisição é moroso: tem a licitação, compra, entrega. As explicações, no entanto, não satisfazem. Principalmente se levarmos em consideração que a demora no procedimento pode causar a cegueira no paciente. Os próprios funcionários da Clínica Oftalmológica, mesmo com receio de serem identificados, orientam os pacientes a procurarem o Ministério Público, a fim de terem assegurados os seus direitos. Ainda que se compreenda a necessidade

de encomendar as lentes, de forma que atendam às necessidades específicas de cada paciente, é difícil compreender que uma pessoa tenha sido diagnosticada para a cirurgia de catarata em fevereiro deste ano e até agora esteja aguardando que a operação seja realizada. O fato de o Hospital Getúlio Vargas ser o único do Estado a realizar esse procedimento, longe de ser uma justificativa para a demora, é um revelador das dificuldades por que passa a saúde pública no Piauí. Um único hospital para atender à demanda de todo o Estado e de pacientes de estados vizinhos. O resultado é esse que vemos: fila de espera a perder de vista, pacientes com a visão ameaçada por falta da cirurgia, material em falta e funcionários que, cansados de se desculparem perante o desespero dos pacientes e familiares, pedem que as pessoas ingressem com recursos judiciais contra o Estado.

75  
Editora: Viviane Bandeira // Envie artigos para [jornalodia@jornalodia.com.br](mailto:jornalodia@jornalodia.com.br) // Fale conosco: 86 2106.9924

## Editorial 06

# Emergência, aguarde

O número 190 é utilizado pela população que busca ajuda da Polícia Militar. Na teoria, ao se encontrar numa emergência – assalto, acesso forçado de pessoas estranhas em sua casa, ameaças, ou seja, crimes e contravenções em curso ou iminentes – a pessoa deve ligar para o 190 e solicitar auxílio policial. Também na teoria, por se tratar de situação emergencial, o atendimento é imediato, a fim de dar tempo para que a Polícia Militar resolva o chamado sem grandes riscos ao cidadão. Mas isso é teoria. No Piauí, quem liga para o atendimento emergencial da Polícia Militar, o 190, espera cerca de 10 minutos ouvindo uma gravação sobre os serviços de Segurança do Estado e, mesmo após o longo tempo de espera, muitas vezes não é atendido. A gravação da PM dura cerca de dois minutos e, de acordo com denúncias recebidas pela equipe de O DIA, o cidadão escuta o mesmo texto dez, onze vezes e, quando pensa que falará com um

atendente para registrar o chamado, a ligação cai. A própria PM reconhece o problema, apesar de dizer que o tempo de espera pelo atendimento é, em média, de cinco minutos. O que já é bastante alto, se considerarmos que a pessoa que está à espera foi vítima ou presenciou a cena de um crime. De acordo com a Polícia Militar do Piauí, o Estado possui 10 cabines de atendimento para a linha do 190 e os policiais são orientados a conseguir as informações mínimas necessárias para o atendimento e logo liberar a linha para outra chamada. Também de acordo com a Polícia Militar, o serviço chega a receber 500 chamadas por dia, com um percentual de 40% de trotes. A PM também já identificou que o pico das chamadas ocorre das 11h às 13h. É preciso reconhecer que o alto percentual de trotes dificulta o atendimento do 190 e prejudica aqueles que realmente necessitam do serviço. No entanto, é impossível não perceber que 10 cabines

para o atendimento em todo o Piauí é um número insuficiente. A Polícia Militar precisa agir. Tanto no sentido de identificar e punir os que se ocupam em usar a linha emergencial desnecessariamente, quanto em aumentar a capacidade de atendimento. Mais que isso. A Polícia Militar precisa reavaliar a “necessidade” de fazer marketing de seus serviços num momento emergencial. Até porque é paradoxal, para dizer o mínimo, que a pessoa se veja obrigada a escutar sobre os bons serviços da PM enquanto aguarda indefinidamente por um atendimento que deveria ser rápido e eficiente. Pior ainda quando o marketing encontra justificativa na imitação de modelos de teleatendimento de empresas privadas, como as de TV por assinatura. Se não estamos enganados, uma situação de emergência policial não pode ser comparada à contratação de mais canais de informação e entretenimento.